

País compra US\$ 8 bilhões de supérfluo para sustentar dívida

ALBERTO TAMER

O Ministério do Planejamento levou nos últimos anos as empresas estatais e algumas estaduais a fazerem dívidas superiores a US\$ 8 bilhões no Exterior, comprando equipamentos adiáveis ou dispensáveis, a fim de levantar recursos paralelos em dólares para cobrir os compromissos financeiros internacionais. Hoje, a maioria das empresas não sabe o que fazer desses equipamentos, muitos dos quais estão estocados no Exterior, pagando armazenamento e juros. O caso mais típico é o da Cesp — Companhia Energética de São Paulo, que foi levada no governo Maluf a comprar por US\$ 1 bilhão mais de 30 grandes geradores para as usinas de Rosana, Taquaruçu e Porto Primavera que, já se sabia, não iria ser construída pelo menos nos próximos anos, até que se absorvesse a energia de Itapu.

Em consequência, esses equipamentos estão sendo fabricados ou estão prontos, em parte, na França e na Suíça. Atualmente, a empresa paulista procura renegociar o acordo, pois as usinas estão previstas para entrar em operação somente no final da década, entre 1989 e 1990. O mesmo ocorreu com a compra de um sistema de computação, por US\$ 100 milhões, adquirido em 1982. A operação é hoje irreversível e os técnicos da empresa afirmam categoricamente que essa operação não era prioritária. Mas o sistema já foi construído e terá de ser instalado.

A situação não é melhor na Fepasa, que foi levada a comprar um "pacote" de eletrificação de rede e de linhas de economicidade duvidosa, por US\$ 800 milhões. Essa operação foi feita também com empresas francesas.

AS "OPERAÇÕES CASADAS"

O argumento utilizado pelo Ministério do Planejamento para justificar essas operações é que elas proporcionavam, paralelamente, financiamentos em moeda forte que poderiam ser utilizados livremente pelo Brasil. Para cada dólar de equipamento ou outros produtos comprados no Exterior, havia um crédito livre em média de um dólar e meio. Segundo o relatório de 1982 do Banco Central, os "suppliers credits" ou financiamentos feitos por organismos de crédito ou bancos internacionais a fornecedores estrangeiros, a serem pagos pelo Brasil, se elevaram nesse ano a US\$ 8 bilhões. Se considerarmos que para cada dólar "supplier" vem um dólar e meio de crédito paralelo, o endividamento externo correspondente a essas operações é da ordem de US\$ 22 bilhões (ver quadro).

ONDE ESTÁ O ERRO

A indústria nacional — e até mesmo algumas estatais mais conscientes — rebelou-se contra esse tipo de operação que proporcionava dólares livres para cobrir o rombo da dívida mas provocava custos altos, desperdício e prejuízos elevados. Usinas que deveriam ser compradas somente dentro de três ou quatro anos já foram adquiridas. O caso mais flagrante é o de Itaparica, na Bahia, cujos equipamentos produzidos na Alemanha estão prontos e esperando embarque desde 1978. As usinas nucleares de Angra II e III estão sendo despachadas às pressas para o Brasil, pois a Alemanha não as quer nem mesmo estocar.

E não há prazo de instalação no País. Equipamentos de tráfego da Ferrovia do Aço (contrato assinado

por Geisel em 1976) estão prontos na Inglaterra, pagando armazenamento, desde 1979. Valor: US\$ 150 milhões. Do mesmo "pacote" constam equipamentos da Açominas no valor de US\$ 1 bilhão. Há ainda equipamentos ferroviários, portuários, plataformas e até mesmo equipamento hospitalar comprados nesse esquema, à espera da conclusão das obras complementares no Brasil a fim de serem embarcados.

"Grande parte desses equipamentos nos foi jogada goela abaixo. Viemos a saber que estavam sendo negociados pelas autoridades financeiras, no Exterior, somente na última hora. E não havia como rebelar-se", afirmou um informante. "Algumas firmas, como a Embratel, conseguiram resistir às pressões, abrindo concorrência e agindo de acordo com as regras de mercado para a compra de satélite. As outras, não. E o argumento era o mesmo: era preciso inventar projetos, comprar no Exterior até mesmo o que fariam aqui para conseguir dólares paralelos para continuar importando petróleo e pagando os juros da dívida. Só que isso virou uma bola de neve e agora os equipamentos estão lá, ou são dispensáveis aqui, enquanto temos obras mais prioritárias paradas. Não há planejamento que agüente", desabafou.

COMO FUNCIONA

Por orientação do Ministério do Planejamento, as empresas estatais aceleraram nos últimos anos as negociações de "pacotes" de financiamento no Exterior para executar projetos, muitos dos quais de viabilidade econômico-financeira duvidosa e prioridade certamente discutível. Uma parcela do financiamento do "pacote" (uma usina, por exemplo) está vinculada à aquisição de equipamentos no Exterior. São os "suppliers credits". A outra parte é de créditos paralelos para uso livre. Essas negociações são justificadas pelo governo com a argumentação de que a compra global do "pacote" as taxas de juros são mais vantajosas que as de mercado e esses créditos possibilitariam preencher parte de sua ociosidade.

Na realidade, afirmam empresários, nada disso acontece. As taxas de juro no crédito paralelo flutuam em grande parte com as cotações do mercado e os preços dos equipamentos comprados são supervalorizados, isto é, compramos desde o início mais caro. Além disso, os equipamentos comprados no Exterior são pagos prioritariamente e os recursos que deveriam financiar a indústria nacional — essa era a tese — acabam nem entrando no Brasil, sendo utilizados na rolagem da dívida. Outro fato agravante: enquanto a parte externa é contratada, fabricada, paga e entregue prioritariamente, a parte nacional sofre atrasos — equipamentos ou obras civis — por falta de recursos internos.

Atualmente, afirma um empresário, há uma grave contradição do próprio Ministério do Planejamento: enquanto determina um corte quase linear nos gastos das empresas estatais, leva-as a imaginar novos projetos, a serem "criativas" para conseguir manter aberto um dos últimos caminhos para captar dólares no Exterior. Mas é um caminho caro, cuja consequência final é o crescente endividamento externo e interno, o acúmulo de equipamentos ociosos, gastos supérfluos e a execução de obras dispensáveis. O caso mais recente é a interligação das bacias do Tocantins e do São Francisco para "salvar o Nordeste..."